

uma concepção curricular de formação de bibliotecários para a mudança

ANA MARIA DALLA ZEN, Professora do Curso de Biblioteconomia da FABICO/UFRGS. Mestre em Educação/UFRGS.

RESUMO: Este artigo apresenta uma interpretação do currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS, no sentido de identificar de que forma através dele se poderá mudar o papel e a imagem do bibliotecário, identificando-o como um agente de mudança. Como estratégia, é proposta a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão curricular mais ampla.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia; Currículo

1 INTRODUÇÃO

Acompanhando a evolução da sociedade, numa relação cada vez mais rápida entre conhecimento, ciência, tecnologia e realidade, as funções e papéis da biblioteca e, em decorrência, dos bibliotecários, também se modificou. Se até há pouco bibliotecário era sinônimo de biblioteca e, ambos, identificados com erudição, isto mudou substancialmente hoje, quando cada vez mais associa-se o acesso à informação à educação e esta não apenas como um direito, mas necessidade social.

Isso se traduz numa importância cultural significativa para a biblioteca e bibliotecário na comunidade, como facilitadores da informação e, portanto, da melhoria das condições sócio-culturais. A aceitação dessa nova realidade não foi rápida, sendo até hoje contestada por alguns grupos, que consideram a biblioteca apenas um mecanismo de apoio à pesquisa, sem identificar um papel específico para o bibliotecário que não o de técnico que facilita o acesso à informação.

Porém outra concepção surgiu e prevaleceu no meio bibliotecário, o que forçou a reformulação dos currículos dos cursos de Biblioteconomia para incluir essa nova dimensão, ou seja, a de que o bibliotecário, ao lado de registrar, preservar e disseminar a informação, pode ir além desse aspecto técnico, mas se constituir ele próprio num agente de mudança social.

Este artigo procurará mostrar de que maneira essa nova concepção poder ser interpretada dentro do novo currículo de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) implantado em 1984. Como ponto de referência, foram utilizadas as funções e objetivos do ensino superior no País, expressas na lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (1), as diretrizes do novo currículo (11) e os dados da pesquisa de avaliação do curso recentemente realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Biblioteconomia (NEBI) (3).

A partir daí, e tendo como base a própria realidade formal e informal do curso, propõe-se uma estratégia que pode utilizar-se do próprio currículo para atingir o objetivo desejado, de formação de bibliotecários como agentes de mudança social. Nessa concepção, acredita-se que o currículo em si só representa apenas uma tentativa de modernização do curso, mas que, se os grupos envolvidos, sejam professores, alunos e funcionários, se conscientizarem de seu próprio papel no processo, aquele ideal será alcançado. Deles é que dependerá o direcionamento do novo profissional: ou voltado para a permanência do "status quo", a partir da manutenção de uma linha tradicional de ensino, ou dirigido para a inovação e mudança, numa concepção progressista de educação, portanto humanista e libertadora, na área de Biblioteconomia.

2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

A reforma universitária, implantada através da lei nº 5.540, de 28/nov/68 (1), tem sido criticada por ter um caráter mais de cunho de acomodação do que pela preocupação com fins verdadeiros para o ensino superior no País. Trata-se de uma tentativa de criar uma **universidade à brasileira**, ou seja, de organizar em universidade a reunião dos vários cursos de formação de profissional de nível superior que foram se agregando historicamente, sem maior relacionamento entre si. Reformar a universidade, nesse sentido, significou uma tentativa de integrar burocraticamente os cursos numa nova universidade, a partir das reivindicações dos movimentos contestatórios da década de 1960 (4).

Tendo como ponto de partida os modelos propostos de mudança, especialmente o de Darcy Ribeiro, devidamente adaptados aos interesses político-ideológicos vigentes na época, a reforma baseou todo o processo de inovação na ênfase ao ensino, pesquisa e extensão como atividades-fim da universidade, a ser implementadas em âmbito dos departamentos, que são a base da nova estrutura.

Teoricamente, foi proposto que as três atividades teriam o mesmo destaque em sua implementação. Desta maneira, mediante uma decisão política, a universidade brasileira, tradicionalmente voltada ao ensino (por representar uma estratégia de solidificação da classe média), ligada à formação profissional, assumiu também os papéis de pesquisa, na produção de novos conhecimentos, e de extensão, através da ação direta na comunidade (conforme modelo importado dos Estados Unidos e Europa), aplicando o ensino e a pesquisa da universidade junto à própria comunidade.

Não se pode questionar a relevância da proposta quanto ao caráter de dinamismo que (teoricamente) representa. Mas o que se verificou é uma grande distância entre o formalismo e a prática. Assim, continuaram sendo dadas mais verbas e apoio ao ensino, cabendo à pesquisa os resíduos dele decorrentes e, à extensão, o resto final. Professores continuaram se dedicando mais às atividades em sala de aula, a algumas pesquisas e, em eventuais sobras de tempo, à extensão. Só se faz pesquisa, mesmo que exigência da própria melhoria do ensino, quando sobram recursos, tempo, e, mais do que tudo, por interesse e motivação individual dos professores (para não falar em teimosia). A extensão universitária, que na própria lei foi apresentada em terceiro lugar, é realizada quando, depois do ensino e da pesquisa, ainda resta algo, o que lhe dá um caráter ocasional, episódico e distanciado do ensino e da pesquisa (quando, ao contrário, poderia ser o aspecto mais dinâmico de ação universitária).

No âmbito do curso de Biblioteconomia, a pesquisa revelou exatamente este quadro, refletindo o que deve estar ocorrendo em toda a Universidade. Os professores têm suas cargas horárias totalmente absorvidas por atividades de ensino, sendo até mesmo utilizado o tempo previsto para planejamento das atividades didáticas. De outro lado, apesar de mais de 50% dos docentes possuírem titulação a nível de pós-graduação, é reduzido o número dos que se dedicam à pesquisa. A extensão, por seu lado, significa nada mais do que alguns cursos e atividades de

grande sucesso, mas feitos ocasionalmente, sempre na dependência de recursos ociosos, de disponibilidade docente, orçamentos e espaços até físicos (logo, mínimos).

Todavia, quando questionados sobre a importância que atribuem à pesquisa e à extensão para a obtenção dos objetivos do currículo e sobre a sua própria motivação para tais áreas, os professores foram unânimes em afirmar que, se dadas as condições mínimas para isso, todos teriam interesse em atuar nessas áreas (3).

Logo, o problema em si mesmo não é a ideologia presente na reforma, de modernizar sem mudar, mas a sua implementação. Acredita-se, nesse sentido, que o aspecto mais importante já existe, que é a motivação para a pesquisa e a extensão, cuja relevância e necessidade para a formação de bibliotecários é inquestionável, se a opção que se fizer no currículo for a de um bibliotecário crítico, inovador e progressista.

Daí conclui-se que, para se integrar tais funções à formação de bibliotecários, é necessária a montagem de uma estratégia curricular onde haja espaço idêntico para as três, direcionadas à perspectiva de educação para a mudança. Um grande passo nesse sentido é o grande número de pedidos de alteração de regimes de trabalho docente, para dedicação exclusiva, que vem sendo feitos, justificados em atividades nas três áreas. Mas, ressalta-se mais uma vez, esta é uma condição necessária, porém insuficiente, para se atingir os fins propostos. Em si mesma, a ampliação de regimes de trabalho pode nada significar, se junto com ela não houver uma conscientização docente e um planejamento adequado às diretrizes curriculares.

3 A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS PROPOSTA NO NOVO CURRÍCULO: MODERNIZAR OU MUDAR?

O processo de desenvolvimento do País, com suas conotações de desigualdades, descontinuidade e dependência, impõe que o profissional de Biblioteconomia seja cada vez mais crítico e criativo, de modo a que se caracterize "... antes como um agente de mudança do que como mantenedor do 'status quo' ...", segundo POLKE (9, p.14). Com a tomada de consciência emergem a preocupação e o compromisso com as diferentes características sócio-culturais e, nesse compromisso, o bibliotecário não pode contribuir para manter as distorções do meio em que atua, mas, ao contrário, deve conhecer a realidade, refletir e agir dentro dela a fim de melhorá-la. E, nesse sentido, afirma o autor o quanto é relevante a ação universitária planejada, uma vez que "... a integração do ensino, pesquisa e extensão no interior das instituições favorece a educação de profissionais conscientes e comprometidos com os problemas de seu ambiente." (9, p.16).

Como ocorreu em todas as áreas de conhecimento, o ensino de Biblioteconomia foi transposto de modelos importados, sem considerar a realidade do País. Ao analisar o problema, o autor afirma que isso se deu não só na formação básica, mas também nas disciplinas culturais, onde houve um desvio entre o que foi proposto pelos articuladores do currículo mínimo implantado em 1962 e a prática. Enquanto elas deveriam teoricamente integrar-se às disciplinas específicas da formação de Biblioteconomia, na prática se transformaram em disciplinas *ornamentais*, onde a visão integrada das ciências sociais deixou de promover o desejado desenvolvimento de uma consciência social (isso mostra que a preocupação com a educação para a mudança não é atual, mas já estava latente na década de 1960).

Na pesquisa realizada, isso foi evidenciado quando os egressos, questionados a respeito da importância das disciplinas de caráter cultural para a sua formação, as indicaram como pouco ou nada relevantes. O que se pode deduzir daí é que, ou elas estão sendo desnecessárias, de fato, pela forma como estão sendo conduzidas (não integradas aos objetivos do curso de Biblioteconomia, por serem ministradas por professores de outros departamentos e de outros elencos cur-

riculares), ou os alunos não têm consciência do que as mesmas significam para a sua atuação, mesmo quando na condição de egressos (3).

POLKE (9) ressalta ainda a dificuldade que pode representar a tentativa de traçar um perfil do bibliotecário, especialmente no sistema de instabilidade econômica, política, social e institucional dos países periféricos, dentre eles o Brasil. Assim, é necessário que o modelo de educação presente no novo currículo baseie-se essencialmente na competência do bibliotecário, mas entendida esta numa forma orgânica e flexível, à qual deverá ser somada uma consciência social, o que lhe permitirá atuar dentro da instabilidade e complexibilidade do contexto sócio-econômico.

A problemática acima esteve presente no planejamento do novo currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS, implantado em 1984, como pode ser inferido da análise das diretrizes fixadas (11).

Nelas, fica expressa uma noção ampla de currículo, entendido este como o conjunto de todas as atividades teóricas e práticas que se direcionam à formação do aluno como indivíduo e como profissional. Estabelecem também que o aluno deve se conscientizar que, além da formação técnico-especializada inerente ao curso, ele tem um importante papel social a cumprir, como agente de mudança, que desempenhará ao assumir posturas críticas em relação aos problemas que enfrentará em sua área de atuação.

Nessa linha, foram incluídas disciplinas que devem orientar-se no sentido de conscientizar o aluno para a mudança, mais ampla do que a manutenção do "status quo". A integração entre ensino, pesquisa e extensão, por seu lado, é uma estratégia para que isso ocorra, e o professor e o aluno, nesse caso, passam a ser elementos igualmente ativos, co-responsáveis pela formação profissional desejada. O alcance dos objetivos curriculares, então, dependem não apenas das atividades de sala de aula, mas de sua efetiva e permanente vinculação à pesquisa e à extensão. Sem isso, o currículo novo não passará de uma tentativa fictícia de reformular o curso.

Assim, parte-se do pressuposto de que, com base no que a reforma do ensino superior instituiu e o novo currículo referendou, pode-se vir a formar um profissional consciente, desde que sejam tomadas medidas nesse sentido. Tais medidas, porém, dependem mais do rompimento da resistência à mudança e da inércia dos grupos envolvidos, do que uma responsabilidade do próprio currículo. Mudar nomes de disciplinas não significa inovar; inová-las sugere repensá-las. O que, como e por que significam para a formação de bibliotecários? A resposta não depende do professor, mas da interação professor-alunos, numa postura dialética.

4 O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Como já foi indicado, o currículo do curso de Biblioteconomia é integrado pelo conjunto de todas as atividades, experiências, matérias e quaisquer outras estratégias empregadas no processo acadêmico formal com o objetivo de alcançar os fins propostos. Nesse sentido, inclui as atividades de ensino, pesquisa e extensão, merecendo igual importância na formação de bibliotecários aulas teóricas, quanto atividades práticas em laboratórios, pesquisas e participação em projetos de extensão.

A ação de ensino, envolvendo a transmissão de conhecimentos, é a mais tradicional entre as três, sendo portanto a base para que a formação técnico-especializada de Biblioteconomia seja internalizada pelo aluno, como base para sua atuação profissional posterior. Ao se pretender atingir os objetivos do novo currículo, porém, o ensino deve ser avaliado quanto ao seu próprio caráter. Que conteúdos devem ser desenvolvidos? É importante o conhecimento de determinados fatos, ou é mais relevante a compreensão da dinâmica do processo onde se localizam? Qual é a pertinência de determinados conteúdos? Qual é a sua atualidade em relação ao profissional de hoje? Que utilidade terão tais aspectos para o exercício profissional futuro? Nesse sentido, há

duas opções a fazer, dentro da orientação de Paulo Freire: ou se assume uma concepção de educação *bancária*, onde o aluno, que nada sabe, recebe mensagens do professor, que é o elemento ativo no processo, ou se escolhe uma concepção libertadora, em que a dinâmica é compartilhada entre o professor e o aluno, que interagem numa situação de co-aprendizagem (6).

Obviamente, somente com uma visão progressista do ensino de Biblioteconomia se alcançará o tão pretendido profissional consciente. A partir de um processo dialético, baseado na participação de alunos e professores, é que se poderá mais efetivamente gerar uma nova mentalidade profissional, dentro de um permanente questionamento a respeito do próprio conhecimento, das estratégias de ensino, do processo de avaliação e demais aspectos ligados à sala de aula (onde a rotina desaparece). Nesse sentido, a educação se transforma num diálogo permanente, onde tanto o aluno quanto o professor aprendem, num ensino mais diretamente vinculado à realidade, representada pelos dois indivíduos, suas vivências e experiências.

Ao contrário, não teria nexos propor-se um novo currículo onde uma seqüência de disciplinas e conteúdos pré-determinados garantiriam o sucesso da inovação. Parte-se do pressuposto que o conteúdo só assume importância na medida em que é questionado, ou seja, na medida em que tanto o aluno quanto o professor compreendam a relevância que representa. Nesse sentido, é dada ênfase ao próprio processo de construção do conhecimento, onde a transmissão de conteúdos é decorrência e não a base em si mesma do processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, o conteúdo assume uma posição dinâmica, baseada numa permanente indagação sobre a pertinência de cada elemento para a formação de bibliotecários, deixando o professor de ser um transmissor e o aluno um receptor (É claro que isso não representa uma supressão de papéis, mas uma reformulação de posturas).

Essa relação ativa com o conhecimento é ainda mais relevante na pesquisa, que é a nova dimensão inserida no currículo, tanto no aspecto teórico, representado pelas disciplinas instrumentais, como nas atividades práticas.

Para que isso se efetive, é essencial que se discuta a Biblioteconomia enquanto ciência social cujo objetivo é o de satisfazer às necessidades de informação, voltada à organização do conhecimento e da própria cultura, conforme definição de FLUSSER (7), ao referir-se a isso, sem o que a prática de pesquisa perde sua razão de ser. Não teria sentido a realização de investigações sem a análise do sentido epistemológico da Biblioteconomia. E, nessa linha, não cabem mais discussões sobre a sua conotação como arte ou técnica, uma vez que são muito mais reduzidas em sua abrangência do que o seu caráter como ciência da informação. As vésperas do século vinte e um, só prevalecem válidas as concepções de formação profissional que tenham uma base metodológica tal que se adaptem ao próprio processo de mudança. Nesse permanente dinamismo, a utilização de metodologias científicas na solução de problemas é umadas fórmulas mais eficazes de evitar uma imediata desatualização do profissional recém-formado. Tal consideração é tão importante para um engenheiro quanto para um historiador, sociólogo, músico, ator, quanto para um bibliotecário.

A restrição à Biblioteconomia como ciência feita por alguns autores, face à inexistência de um corpo teórico próprio, transforma-se cada vez mais num subterfúgio para evitar com que ela avance nesse sentido. A quantidade e a qualidade das pesquisas realizadas, bem como a formação de uma mentalidade científica entre os profissionais, tanto a nível de pós-graduação quanto da própria graduação, não permitem mais tal afirmação. O fato de que o ensino de Biblioteconomia se baseie em aspectos técnicos não difere da formação em qualquer outra profissão. Ao contrário, pressupõe, ao tratar com a informação, uma relação forte entre ciência e tecnologia, aquela ligada à produção de conhecimento e esta à sua utilização em aplicações práticas para a solução de problemas imediatos da realidade.

Biblioteconomia é, portanto, uma ciência, cuja interdisciplinariedade não é restritiva, mas característica, no que é similar a qualquer outra ciência, especialmente as da área humana.

No currículo de Biblioteconomia, o ensino e a pesquisa, a partir do que foi exposto, representam apenas facetas diferentes de um mesmo foco, que é a formação profissional. Assim,

não se pode caracterizá-los como compartimentos estanques, como, por exemplo, subdividindo as disciplinas entre aquelas ligadas diretamente à transmissão de conhecimento e outras, voltadas à prática de pesquisa. Numa visão abrangente, deve-se pensar ensino e pesquisa como intrínsecos a cada ação educativa, independente do conteúdo a que se relaciona a prática proposta. Tal integração ensino-pesquisa não se trata de uma diretriz pré-fixada, mas implica na mudança de atitudes, tanto de professores quanto de alunos, no sentido de que seja criada uma nova mentalidade. Assim, por exemplo, os conteúdos teóricos de metodologia da pesquisa só terão sentido se, a partir deles, houver uma aplicação imediata na realização de trabalhos em todas as disciplinas subsequentes, numa integração vertical e horizontal do currículo.

Todavia, bem maior do que essa integração ensino-pesquisa, é a preocupação em integrar a formação acadêmico-profissional à formação pessoal dos alunos, de modo que, mais do que bibliotecários competentes, apresentem posturas individuais baseadas no humanismo, na tomada de decisões a partir de concepções éticas e morais de respeito ao ser humano. Não tem sentido pensar-se num avanço técnico-científico da Biblioteconomia ignorando-se o aspecto humanista da informação, ou seja, da relação que deve existir entre o conhecimento produzido e sua relevância, ou, mais ainda, o seu valor para a melhoria das condições sociais da população.

Com isso, propor que os alunos de Biblioteconomia se conscientizem da importância de fazer pesquisas científicas, significa dizer que, além de facilitar o acesso à informação através da aplicação de novas tecnologias, investigações e estratégias de motivação, o bibliotecário deve valer-se da ciência para contribuir diretamente para a melhoria dos padrões de vida da sociedade, estendendo a sua ação a todos os grupos sociais, indistintamente. Nessa linha, a sua área não se restringe àquela parcela da população que tem acesso às bibliotecas ou serviços bibliotecários, mas a toda a comunidade, preocupando-se especialmente em atingir os demais, de forma a romper o elitismo que caracteriza a educação e o conseqüente acesso à informação através dos canais formais de ensino, em qualquer nível. E papel do bibliotecário, aí, pesquisar e obter soluções para problemas nos diferentes setores sociais, em sua área de abrangência, ou seja, no registro e disseminação da informação, com a sua conseqüente recuperação.

A partir dessa relação ensino-pesquisa, chega-se à importância da extensão universitária que, interagindo com ambos, aplica em situações da vida real o conhecimento produzido na área de Biblioteconomia. Como o termo explicita, extensão significa a ampliação do raio de ação da universidade, no caso do curso de Biblioteconomia, de maneira que o aluno entre em contato com a realidade onde vai atuar, como profissional. O seu desempenho, nesse sentido, não se restringe somente às bibliotecas e centros formais de informação e documentação, mas inclui outras situações onde ele se perceba como importante, enquanto bibliotecário e como indivíduo. Isso envolve aspectos de caráter profissional a ser internalizados durante o curso, mas também posturas pessoais que o identifiquem como um agente de mudança social.

Deve ficar claro, porém, que a extensão universitária, assim entendida, não pode ser confundida, como frisou FREIRE (5) com comunicação, ou, mais ainda, como dominação cultural. Não se faz extensão oferecendo oportunidades para que um grupo, dono do conhecimento, o divulgue de forma paternalista, ou até mesmo assistencialista, a outros grupos, que não possuem conhecimento, o que é, na prática, a forma mais comum de realização de atividades de extensão.

Ao contrário, professores e alunos de Biblioteconomia, ao participarem de projetos de extensão, na forma de prestação de serviços, animação cultural, cursos ou quaisquer outros tipos de atividades, devem estar conscientes de que a atuação na comunidade não significa solucionar os problemas que os grupos apresentam foram da área de atuação da Biblioteconomia. Ao mesmo tempo em que ele participa de propostas de melhoria dos padrões sociais, através, por exemplo, de campanhas de estímulo à leitura, de programas de biblioterapia, etc., ele deve ter em mente que problemas de outras esferas, como saúde, alimentação, etc., são igualmente importantes.

A interação grupal que se pretende, nesse sentido, parte do pressuposto que, sendo o bibliotecário responsável pelo registro e disseminação da informação, nada impede que ele oriente os grupos na busca de soluções para tais problemas, desde que isso não signifique a sua intromissão. No exemplo, ele estará contribuindo para a melhoria do padrão de vida social na medida em que, a partir do diálogo com os grupos, onde todos os problemas, incluídos até mesmo os citados, poderão ser discutidos através da orientação sobre alternativas para sua solução. Isso se dará, por exemplo, ao prestar informações sobre como funciona o sistema de saúde do Estado, onde se localizam determinados órgãos e entidades, cujo interesse tenha sido manifestado pelos usuários. O paternalismo, nesta ótica, desaparece.

Nessa interação social, constata-se que o bibliotecário não tem limites para a abrangência de sua atividade. Se de um lado poderá atuar na escola, mesmo onde não hajam bibliotecas, através de campanhas de formação de novos leitores (emprestando obras, realizando atividades recreativas, hora do conto, dramatização, etc.), ele pode também orientar a sindicalização de grupos onde haja tal expectativa, não direcionada por ele, bibliotecário, mas surgida no próprio meio.

Seja qual for a situação, não pode haver distância entre o curso de Biblioteconomia, quanto ao seu ensino e pesquisa, e a realização de atividades de extensão. Deve estar presente sempre o sentido da Biblioteconomia, como a área de conhecimento voltada ao registro, recuperação e disseminação da informação, em qualquer suporte. O desvio dessa linha tanto poderá se converter em paternalismo assistencialista, o que não lhe compete, como em atitudes de cunho ideológico, proselitistas, o que também não cabe ao bibliotecário.

Sendo uma ciência, a Biblioteconomia deve ser neutra, ou seja, os seus objetivos relacionam-se à busca do conhecimento, sem qualquer restrição ou direcionamento. Assim, a seleção sobre qual é a melhor obra sobre determinado assunto, deve ser feita pelo próprio usuário, desde que tenha acesso a tudo o que há disponível sobre o assunto, que o bibliotecário lhe oferece (Veja-se aí o quanto o bibliotecário pode interferir, o quanto pode tornar-se útil, por ter acesso e por divulgar a informação disponível).

Porém, na prática, a situação é diferente. A integração ensino, pesquisa e extensão no curso de Biblioteconomia já é uma realidade no que se refere ao seu aspecto formal, ou seja, pelo fato de que no novo currículo estar presente. Mas, na dimensão interna do próprio curso, há um longo percurso a ser feito até atingir-se tal objetivo.

Já foram realizadas algumas experiências de integração, cujos resultados, altamente favoráveis, demonstraram o quanto é factível tal proposta. Exemplo disso é o carro-biblioteca, a participação na Feira do Livro da Praça da Alfândega, a realização de pesquisas de estudo de usuário, as atividades de hora do conto, etc.

Para que isso se torne mais efetivo, é essencial que tais propostas sejam permanentemente avaliadas, devidamente valorizadas e que percam o seu caráter episódico. As dimensões de ensino, pesquisa e extensão podem ser relacionadas ao planejamento de cada disciplina, como estratégia de ensino aprendizagem, e não consideradas como programas específicos, diferenciados em sua abrangência individual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição que se faz para que a integração ensino, pesquisa e extensão ocorra é que seja feito um planejamento, pelo Departamento, onde haja espaço para as três. Considera-se espaço, a destinação de horários para professores e alunos atuarem nas atividades assim propostas, evitando-se a coincidência de prazos de entrega de trabalhos, a repetição de propostas idênticas, etc. Numa planificação integrada, as dimensões poderão envolver várias disciplinas a um só tempo, com uma produtividade bem maior. Assim, por exemplo, pode haver uma integra-

ção da área instrumental às demais, de modo que experiências realizadas numa delas sirva para as outras.

Nesse planejamento, deverão participar tanto os professores e alunos quanto os funcionários para que cada um, em sua área de competência, se sinta envolvido e responsável pela melhoria do curso. Deste modo, as alternativas a serem propostas representarão o resultado de um diálogo, sem prevalecimento de atitudes autoritárias ou de dominação de uns sobre os outros, mas fruto de uma discussão democrática sobre as alternativas mais viáveis.

A consciência social, nessa linha, viria como decorrência do clima organizacional presente na realidade interna do próprio curso, sem qualquer conotação de proselitismo, assistencialismo ou demagogia, num planejamento relacionado diretamente à realidade, sem ambições irrealizáveis.

Dessa maneira, o novo currículo de Biblioteconomia atingirá o objetivo de formar profissionais com a informação teórica e a capacitação prática que lhes permitirá um adequado desempenho profissional e uma efetiva integração à realidade sócio-econômico-cultural do País. Ao graduar-se, o aluno terá condições de integrar a sua capacidade e habilidades em atitudes concretas de compromisso, posicionando-se de forma participante em sua área de atuação, como propõe o currículo (11).

Finalmente, ele estará consciente de que é um elemento ativo, “. . . responsável pela construção de condições que liberem o homem de sua concepção produtiva e lhes possibilitem o exercício da liberdade.” (11).

Conclui-se, assim, que o novo currículo tem toda a base necessária para a mudança; só falta é que seja concebido deste modo, a partir da sua efetiva utilização como mecanismo de inovação na formação de bibliotecários.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 nov. 1968.
- 2 CASTRO, Cláudio de Moura. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- 3 DALLA ZEN, Ana Maria, coord. *Avaliação do contexto, entrada, processo, e produto do curso de Biblioteconomia da UFRGS*. Porto Alegre, NEBI Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS; 1986, 386p.
- 4 ——— & IGLESIAS, José Roberto. *Poder e burocracia na universidade dependente*. Porto Alegre, 1986 (mimeo).
- 5 FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Trad. Darcy de Oliveira. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 93p.
- 6 ———. *Pedagogia do oprimido*. 9.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 218p.
- 7 FLUSSER, Victor. O bibliotecário animador cultural; considerações sobre sua formação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 11 (2): 230-6, set. 1982.
- 8 MULLER, Suzana P. Biblioteconomia e sociedade: evolução da interpretação e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 13 (1): 7-54, mar. 1984.
- 9 POLKE, Ana Maria A. Ensino de Biblioteconomia; manutenção ou mudança? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte 12 (1): 13-29, mar. 1983.
- 10 SPERB, Dalila. *Problemas gerais de currículo*. Porto Alegre, Globo, 1966.
- 11 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Biblioteconomia e Documentação. *Diretrizes do Novo Currículo de Biblioteconomia*. Porto Alegre, 1982. (mimeo).